

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
PRO REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR - PRAI  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

DO PROCESSO DE TRABALHO À CONSCIÊNCIA: UMA REFLEXÃO  
SOBRE A ORGANIZAÇÃO FABRIL EM CAMPINA GRANDE  
(1967/1985)

VERÔNICA LÍGIA ALVES DE ANDRADE

Campina Grande, PB  
1987

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DO INTERIOR - PRAI  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE BACHARELADO EM HISTÓRIA

DO PROCESSO DE TRABALHO À CONSCIÊNCIA: UMA REFLEXÃO  
SOBRE A ORGANIZAÇÃO FABRIL EM CAMPINA GRANDE  
(1967/1985)

VERÔNICA LÍGIA ALVES DE ANDRADE

Monografia apresentada à Banca Examinadora  
composta pelos Professores: Michel Zaidan  
Filho (Orientador), Durval Muniz de Albuquerque  
Júnior e Martha Lúcia Ribeiro Araújo (membros)  
indicados pela Comissão Coordenadora de trabalhos  
monográficos do Curso de Bacharelado em História

Campina Grande, PB  
1987



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2022.

Sumé - PB

"Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas".

Antônio Gramsci,  
Os Intelectuais e a Organização da Cultura.

# INDICE

AGRADECIMENTOS

INTRODUÇÃO

Página

CAPÍTULO I

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ..... 1

CAPÍTULO II

O TRABALHO NA FÁBRICA - A ROTINA DA MECANIZAÇÃO ..... 6

CAPÍTULO III

O AJUSTAMENTO DOS OPERÁRIOS AO PROCESSO DE TRABALHO NA FÁBRICA ..... 9

CAPÍTULO IV

TREINAR HOMENS, TREINAR MENTES - A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE ..... 18

CAPÍTULO V

TREINAR - FORMAR - REFORMAR - MODELAR ..... 25

CAPÍTULO VI

A FRAGMENTAÇÃO DA DIMENSÃO SUBJETIVA E A PRAXIS DA DOMINAÇÃO ..... 29

CAPÍTULO VII

A CONSCIÊNCIA DA ALIENAÇÃO ..... 34

CONCLUSÃO

NOTAS

BIBLIOGRAFIA

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Michel Zaidan Filho

Orientador desta monografia e que muito contribuiu em minha formação intelectual ao longo da graduação, estimulando a curiosidade e o desejo de conhecer sempre mais.

Aos Professores do Curso de História

Com quem estudei, discuti e tive a oportunidade de exercitar a reflexão crítica em sala-de-aula.

Ao Professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior

que foi decisivo, ainda na minha adolescência, na escolha do estudo de História. Com quem tanto discuti, discordei, e aprendi a respeitar e admirar.

Aos meus Amigos do Curso e da Universidade

Camilo e Antônio Andrade que tiveram importância fundamental na minha vida como um todo, sempre com seu espírito crítico, criando um ambiente propício ao nosso autodesenvolvimento humano e universal.

Ao CNPq

por ter financiado a pesquisa que resultou neste trabalho

A todos os companheiros do Curso

com quem sempre, em horas decisivas de minha vida, pude contar

## INTRODUÇÃO

O processo de trabalho está, de maneira geral, dividido basicamente em duas dimensões nas últimas duas décadas, das quais uma é a dimensão mental, onde se elaboram os projetos segundo as finalidades da produção, e a outra é a da execução, onde se cumpre o que foi estabelecido na anterior.

A primeira dimensão vem em primeiro plano, pois é nela que se pensa para se chegar aos passos que deverão ser seguidos para se atingir as metas desejadas; esta ocorre preliminarmente; já a segunda, que é posterior, é a fase da execução; como o diz a palavra, é onde se põe em prática o que foi projetado e preestabelecido.

Esta divisão do processo de trabalho foi chamada, por Marx, de divisão social do trabalho; a expressão designa uma situação concreta na sociedade burguesa, onde o trabalho intelectual e manual se realiza em esferas distintas, a partir da Revolução Industrial no século XVIII, na Europa. Esta divisão foi assinalada por ele antes das condições históricas terem existência concreta na sociedade humana, e se encontra no clássico exemplo do "arquiteto e das abelhas", onde Marx estabelece o ponto nodal que vai marcar as diferenças entre a atividade de humana e a animal:

Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas, é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imagi

nação do trabalhador<sup>(1)</sup>.

É importante reconhecer este elemento, porque ele vai delimitar e permeiar todos os pressupostos filosóficos de sua Teoria Social e dos seus herdeiros subsequentes.

O que diferencia o pior arquiteto da melhor das abelhas, é que a obra já está projetada na mente antes da sua execução. Essa é a marca humana essencial: a projeção e a execução elaboram-se em dimensões diversas, sendo que a mediação entre essas duas esferas é feita pelo trabalho e, portanto, elas podem ser dissolvidas no homem, separadas e reencontradas na indústria, mas são que agora em condições completamente alheias aos homens, de modo que eles sejam organizados, a fim de que não encontrem nunca condições materiais de resgatarem, para si, essa sua potencialidade essencial pois, tendo sido arrancada dos homens a marca que os diferencia dos outros animais, sua condição de existência se reduz e retorna à condição de animalidade, e esta, os homens aprenderam a domar e domesticar ao seu bel-prazer. Assim, os homens que na indústria trabalham sob a égide da divisão social do trabalho, reproduzem os mecanismos de efetivação da praxis social da dominação (os homens constroem contra si mesmos as suas cadeias).

Basicamente, as suas correntes filhas do Iluminismo - a Filosofia Positiva e a Filosofia Negativa, se valeram do parâmetro entre a Natureza e a Sociedade para elaborarem seus pressupostos filosóficos. Na primeira, este parâmetro corresponde ao "estado de natureza" dos liberais antes das Revoluções Industrial e Francesa (Rousseau, Locke, Hobbes). A sociedade deveria retornar à natureza para resgatar as necessidades naturais dos homens que haviam sido relegadas a um segundo plano, pela aristocracia e pelo regime absolutista. A finalidade da constituição da sociedade e do Estado era proporcionar a garantia da sobrevivência (afinal, foi por isso que os homens se reuniram em sociedade) humana, em

---

<sup>1</sup>MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume I. São Paulo, Difel, 1984

suas condições mínimas de dignidade. Assim, as formas de organização social estariam voltadas para as necessidades e para a "natureza" humana; a sociedade se igualaria à natureza, a medida em que reproduziria, no mundo dos homens, aquilo que a natureza representava para os animais: a supressão das necessidades básicas de qualquer cidadão - viver; melhor dizendo, sobreviver. Era o reino da necessidade imperando entre os homens.

Na segunda, a realização das necessidades humanas pela sociedade significa apenas que as finalidades socialmente vigentes representam a alienação das necessidades humanamente naturais. A sociedade não deveria igualar-se à natureza e, se isto estava sendo reivindicado, era porque as necessidades humanas haviam passado por um longo processo de auto-alienação, onde tinham sido deslocadas do homem e se encontravam na forma abstrata das instituições. Estas, como eram a expressão concreta da dominação de classe, se apossaram dos meios de supressão dessas mesmas necessidades; o que havia acontecido era a transferência do poder de suprir as necessidades humanas para as instituições, as quais, por sua vez, tinham sido aparelhadas por uma classe que passou a se apropriar dos resultados da realização das necessidades socialmente humanas: a riqueza - resultado do trabalho social. Portanto, o que os críticos do absolutismo queriam, era tirar das mãos do monarca o privilégio de arbitrar sobre o que era ou não necessário aos homens. No entanto, quem passaria a exercer o papel de árbitro sobre as necessidades humanas, sendo abolido o absolutismo, só poderia ser as instituições socialmente aceitas pelos próprios homens, e não impostas pela vontade de alguns. A institucionalização vem, neste caso, no sentido de retirar de qualquer grupo, ou classe social, o poder de se apossar abertamente dos meios que garantirão o suprimento dessas necessidades sociais, acumulando, para <sup>Si</sup>ela, o que, por direito e pela natureza, é da sociedade. Ela também reconhece que as diferenças sociais são profundas e, por isso mesmo, as relações têm que ser mantidas através das instituições; as diferenças reais são, desta forma, institucionalizadas, legalizadas e reconhecidas socialmente, mas não são suprimidas.

Assim, o que tinha sido reivindicado e realizado com as Revoluções Burguesas, não fôra nada mais nada menos que o reconhecimento institucional de que os homens são profundamente diferentes (diferenças de classes), a tal ponto que até os meios que garantiam a permanência dessas diferenças, haviam sido alienados pelos homens e que, a partir desta realidade, o que garantiria as mínimas condições de sobrevivência com o consentimento geral da sociedade, seriam os mecanismos institucionais - o Estado.

Para a Filosofia Negativa, esta situação representava o estágio em que as relações sociais se encontravam especificamente no capitalismo; representava a concreção das formas de Alienação da sociedade contemporânea, formas estas que haviam incorporado instrumentos abstratos e relacionais sem o recurso da força para garantir a permanência da dominação social.

Deste modo, a etapa atual representa a persistência da necessidade, esta belecendo as relações sociais: as organizações, as instituições etc. A única maneira de superar dialeticamente esta etapa e instaurar uma nova ordem, construindo a sociedade sob os pressupostos da liberdade (oposta ã necessidade) humana, onde não seriam abstraídas dos indivíduos as suas necessidades, seria através da crítica radical aos pressupostos da Alienação - a crítica ao modo de produção.

So assim, de fato, o reino da necessidade seria ultrapassado historicamente, e como apenas para a humanidade é possível realizar tal projeto de libertação, é exatamente aí que reside a diferença fundamental entre os homens e os animais. As dimensões especificamente humanas no processo de trabalho estariam libertas da necessidade e poderiam ser desenvolvidas no sentido das potencialidades essenciais do homem - o trabalho. Este é o projeto social que resultou da análise crítica ao sistema capitalista. Mas isto apenas representa que o momento atual experimenta processos de dominação e desigualdades profundas entre os homens e que devem ser devidamente reconhecidos os seus meios de concreção, para que possam ser então ultrapassados historicamente. É ã luz desses fundamentos filosóficos negativos, que nos inspiramos em fazer uma reflexão sobre a atual organização fabril, tal como ela se tem historicizado entre os anos de

1967 a 1985, em nossa sociedade.

Um fato concreto em nossa sociedade é a divisão social do trabalho; é sobre ela que estão construídas as relações de trabalho no interior da fábrica, onde a capacidade humana de trabalho está dividida em dimensões de projeção e execução que não mais se encontram por ocasião da organização do próprio processo de trabalho. Se nos seres humanos elas se encontram em forma de potencialidade (isto é, sob a forma irrealizada, mas que podem ser desenvolvidas em determinadas condições) que se efetiva por meio de luta contra os meios de subordinação, negando-os e permanentemente abalando os seus fundamentos, isto significa que o conflito atual subjacente nas relações de trabalho se dirigem no sentido de abalar os elementos que dão concreticidade aos instrumentos de dominação.

O processo de trabalho presente é totalmente destituído de qualquer elemento reflexivo, tornando-se, para quem o executa, apenas a mímica dos gestos e atos mecânicos que foram previamente estabelecidos pelos planejadores. Dizemos isto porque, mesmo quando se descobre algum processo mais produtivo e de maior eficiência para o capital, embora não tenha sido da iniciativa de algum burguês ou de seus comandados, quando é criado por um operário, acidentalmente ou para obter maior descanso e menor esforço físico, logo logo é incorporado ao processo de trabalho, a serviço da reprodução do capital. Aliás, tudo que possa significar menor esforço físico para a realização do trabalho, só virá beneficiar o capital, pois, encontrando métodos mais agradáveis para quem o reproduz, só irá conformá-lo ao processo de trabalho e este não se encontrará em condições materiais, <sup>para</sup> senão entrar em desacordo ou conflito com o seu modo de satisfazer-se e ao seu trabalho, sua atividade prática.

#### a) O Processo de Reconstrução do Objeto e a Abordagem Teórica

Este trabalho é, de certa forma, resultado do contato com os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844, de Marx, as primeiras idéias por ele desenvolvidas sobre "o trabalho como categoria mediadora entre o homem e a natureza" as quais causaram um forte impacto, a ponto de despertar a vontade de desenvolver um tema a partir de uma inspiração marxiana, tal como ela havia sido produzida

com a leitura desses Manuscritos. Mas tais idéias, por sua forma de síntese de determinações concretas (o conceito de trabalho incorpora todas as formas específicas das relações sociais de produção que se desenvolvem historicamente e que podem ser identificadas e compreendidas quando as situamos em modos de produção que lhes são correspondentes), só podem ser reconstruídas por meio de investigações empíricas, onde se verifique sua existência; logo, para que pudéssemos especificar uma determinação universal - o trabalho (universal no tempo e no espaço), tornar-se-ia preciso tomar, como referência, um processo desenvolvido que lhe deram concreticidade. Foi por isso que, inicialmente, tomamos como referência a fábrica de couro - o Curtume, que parecia incorporar, de modo bastante concreto e específico, a <sup>alí donde</sup> universidade <sup>no</sup> do trabalho ao seu processo de trabalho.

O curtume havia existido, embora o que restasse dele fossem apenas suas ruínas, <sup>seus</sup> sem antigos donos, alguns operários e muitos papéis (agora documentos históricos); o processo de trabalho que se desenvolveu em seu interior já se havia historicizado; portanto, sua composição podia ser reconstruída através da sua história. Ele nos pareceu preencher todos os requisitos, para tornar-se objeto de nossas investigações; era o dado empírico da realidade.

A princípio, nosso referencial, único, era a fábrica, mas reestabelecer uma relação entre o processo de trabalho, tal como ele se desenvolvia no curtume e a consciência que se desenvolve a partir desse processo, implicou em trabalhar com fontes diversas em que o fenômeno se esboçasse; por isso, foi necessário que nós trabalhássemos com outras fontes que não se encontravam no interior da fábrica, e que tinham uma relação essencial com o fenômeno; e foi por isso que as incorporamos ao trabalho monográfico. São as seguintes:

a) "O Manual de Treinamento de Desenvolvimento", da Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (neste documento está o pensamento dos organizadores e teóricos do treinamento dos trabalhadores para a indústria, assim como a explicitação da organização interna da fábrica);

b) "Pesquisa sobre a Necessidade de Treinamento da Mão-de-Obra", do SENAI

e do EPES (nestas duas pesquisas de órgãos incentivados pela indústria, há o diagnóstico da situação da mão-de-obra industrial de Campina Grande e o levantamento das funções especializadas nas fábricas específicas, além das funções onde há falta de treinamento);

c) "Legislação sobre Treinamento" (neste caso, é o Estado que é focalizado; vemos até que ponto se tornaram legais as relações de trabalho que se desenvolvem na indústria);

d) "Carteira de Trabalho"; na parte intitulada "Regras de Segurança do Trabalho" podemos atestar qual o entendimento dos industriais sobre a função do operário que lida com máquinas e o que é requerido em geral dos trabalhadores para a tranquila realização do processo de trabalho: a atenção, nenhuma conversa, obediência e sintonia com os movimentos das máquinas;

e) "Pesquisa sobre a Mão-de-Obra Industrial na Paraíba", realizada pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA DO Ministério do Trabalho; nesta pesquisa, há o levantamento da situação dos trabalhadores das indústrias paraibanas, em 1970, no que se refere à instrução, ao salário, às horas de trabalho etc.

Através da análise deste conjunto de fontes, podemos estabelecer os pontos de apoio que dão ao processo as características que ele assumiu na indústria, como mediador entre a atividade prática e a mental - a Consciência. Assim, o processo de trabalho compreende a atividade que direciona e dá inteligibilidade às práticas adotadas pelos dirigentes, com a normatização do trabalho em regras uniformizadas.

O que existe é definido pelos dirigentes como "necessário" e, por isso, acaba se tornando "legal", mas isto apenas exprime as concepções de um grupo dirigente que atua no processo de trabalho com os planejadores, os mentores intelectuais que constroem um universo para si e para que outros se adequem a ele, de modo tranquilo e pacífico, sendo que na ausência desta atmosfera de tranquilidade e pacifismo tornam legal e coercitiva sua ação de controle sobre os trabalhadores por eles subordinados.

Como consequência necessária deste raciocínio, levantamos questões refe

rentes ao resultado desta praxis social em nossa sociedade, fundamentada em processos racionais de trabalho, que produzem um tipo de trabalhador incapaz de agir além dos limites que lhe foram estabelecidos ao longo do processo de trabalho, sendo as possibilidades de uma objetivação consciente, circunscrita à Alienação. Os fundamentos humano-sociais das potencialidades do homem se apresentam em forma de uma subjetividade - consciência, objetivada de modo alienado, ou seja, a Consciência é a consciência da Alienação, movimenta-se no universo adstrito à Alienação e a partir dela.

As possibilidades de uma objetivação consciente positiva liberta da Alienação, são cada vez mais remotas, porque não resultam desta praxis social dominante. As potencialidades criativas humanas são ausentadas no processo de trabalho; mais que isso: são eliminadas, podadas as possibilidades de sua expressão. Assim, a subjetividade é conformada aos processos de dominação, de maneira que seu nível mais universal de compreensão do mundo - a Consciência, comporta os limites de um processo alienador de trabalho, é parte fundamental dele. Aparentemente, esta consciência surge como contestação, como conflito subjacente na própria realidade de que faz parte; entretanto, até mesmo quando atinge esse nível, quando se volta contra os processos que lhe deram origem, negando-lhe a legitimidade da existência, ainda assim não passa de uma subjetividade expressa pela negação da sua realidade, não ultrapassando os limites da Alienação.

Tem sido bastante comum confrontar: Consciência x Alienação; identificando a contestação, o confronto conflituoso aberto com a primeira e a ausência destes com a segunda, entendemos que esta análise é bastante ingênua e limitada, é a expressão teórica da Consciência da Alienação e está presente numa corrente do marxismo, o marxismo ortodoxo. Porém, também acontece o contrário, isto é, há aqueles que encontram "Consciência desalienada" até nas atitudes mais "passivas" (passivas aos olhos do marxismo ortodoxo), e nestes identificam atitudes reveladoras de contestações veladas, indiretas. Deste modo, a Alienação é deslocada para grupos que estabelecem contatos "postiços e artificiais", procurando dirigir e condicionar os que são por eles dirigidos (as vanguardas dos movimentos sociais) e condicionar os "passivos" a uma nova passividade, quando

se deixam direcionar por elementos externos à sua endogenia. Esta corrente, mais atual que a anterior, nasceu da crítica às tendências autoritárias presentes nas análises mais ortodoxas, ambas discutem o tema da Alienação e sua relação com a Consciência na sociedade capitalista e reproduzem, a nível teórico, os variados momentos e graus de expressão que a consciência atinge dentro dos âmbitos da Alienação. Noutras palavras, são a Expressão Teórica da Consciência da Alienação (e, portanto, reproduzem a Alienação a nível teórico).

Dito isto, voltamos a apreciar as fontes de nossa pesquisa:

a) A fonte escrita intitulada "Uma Saga da Criatividade", sobre a criação do SENAI, é importante para compreendermos a Legislação sobre o treinamento e profissionalização do operário das indústrias e os objetivos desta instituição, no contexto do sistema de fábrica e da racionalização do trabalho;

b) O "Manual da Organização da Fabricação" nos proporciona uma correta visão sobre os processos de fabricação nas fábricas e o tipo de organização que corresponde a uma manipulação das matérias-primas dentro dos moldes necessários à reprodução do capital.

No conjunto, as fontes nos possibilitam reconstituir a relação entre o processo de trabalho fabril e a consciência que se elabora a partir dos pressupostos deste tipo de organização. Como se historicizou o processo de controle e dominação dos grupos dirigentes, materializadas na forma <sup>de</sup> legal e institucional da praxis da dominação, criando os instrumentos para se estabelecerem <sup>nos</sup> os limites da subjetividade humana, dentro dos mecanismos reprodutores da condição dos dirigentes e dos subordinados, procurando, então, tornar impossível, em termos subjetivos e objetivos, a superação positiva da realidade concreta, eliminando os elementos capazes de produzir novas possibilidades que originarão a reconstrução de um universo social que torne passado histórico o atual estado de coisas.

Este material estabelece a relação entre os mecanismos de dominação existentes e a subjetividade que se movimenta a partir desta esfera, esteja ela contestando-a ou se ajustando nesses processos como a fonte intitulada "Trabalha

dor, Ciência e Tecnologia", que contém a expressão verbal e trabalhadores de todo o Brasil, da indústria, do comércio e serviços. Finalmente, há ainda citações sobre a fábrica de couros e peles; as fontes, neste caso, são os Contratos e Aditivos de Contratos contidos na Associação Comercial de Campina Grande.

CAPITULO I

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

## 1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O nosso interesse pelo tema surgiu a partir do momento em que percebemos a importância do processo de trabalho e suas práticas correspondentes atualmente em nossa sociedade.

Este processo se apoia num conjunto de regras, de maneira que a sua execução não implique na necessidade de nenhum requisito especial ou particular da parte dos seus operadores. Seu conjunto chega a ser tão simples e rotineiro que o único requisito imprescindível é a absoluta atenção por parte de quem o executa, isto é, para qualquer indivíduo que vai ser contratado pela indústria, onde não é exigida, na maioria das vezes, a qualificação profissional, mas apenas o que qualquer pessoa pode fazer: executar atentamente as operações correspondentes à transformação da matéria-prima.

É a partir das determinações na Carteira de Trabalho que podemos analisar como essa realidade se tornou necessidade social, ao ser adotada e ao se incorporar às relações sociais de trabalho.

A Carteira de Trabalho foi tomada como documento devido ao fato de representar relações de trabalho legalizadas historicamente, em 1969, além de identificar a profissão, a classe e a indivíduo que a transporta.

Deste modo, o que por nós foi tomado como documento de pesquisa, o foi devido ao seu alcance social atualmente. Se é hoje um fato comum no universo do trabalho, se é um dado objetivo da realidade e até uma necessidade social, foi por esta razão que, com ela, identificamos em que lado estão localizados os agentes sociais no universo do trabalho, e é por meio dela, ainda, que sabemos quem é o empregador e quem é o empregado. Este documento legal materializou relações sociais no trabalho que se historicizaram na fábrica, nas primeiras décadas

cadás deste século, em Campina Grande.

É claro que a Carteira de Trabalho não pode ser tomada como o princípio das relações de trabalho a que se refere; estas relações desenvolveram-se antes de sua instituição e fora da órbita legal, sô chegando a se tornar legalizável quando os seus reivindicadores (a burguesia industrial reivindicou a sua introdução por meio de seu órgão de representação de classe - Federação das Indústrias, ao Governo <sup>Federal</sup> Feeral) sentiram que era um instrumento importante para o controle de seus operários; tanto isso é verdade que nela está escrito que "configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência".

Com a "Carteira de Trabalho", o controle sobre os operários no ambiente de trabalho, e especificamente na fábrica, torna-se lei; o que antes se constituía uma necessidade da burguesia, passa a ter o amparo legal, deixando de ser apenas a aspiração de uma única classe para ser necessidade socialmente aceita dentro dos limites do processo de trabalho industrial, pelos operários e pelos patrões.

É claro que antes do seu uso, os trabalhadores ficavam (e ficam), sujeitos à vontade exclusiva dos patrões, que costumavam (e ainda costumam) roubar parte dos seus salários e não cumprir o que é tido como "obrigações trabalhistas".

Sem ela, os operários não teriam meios legais para fazer cumprir o que foi estabelecido no "Contrato de Trabalho" (que na maioria das vezes era puramente verbal), sofrendo dupla exploração - tanto a permitida pelas leis, quanto a sofrida na relação direta com o empregador. Assim, o que é um instrumento de dominação, chega a ser aspiração dos que sofrem com essa prática social. A Carteira de Trabalho tem, deste modo, um efeito psicológico por demais suficiente: ela "dá segurança" aos seus portadores, tornando-os imunes à desonestidade patronal. Nas "Regras de Segurança do Trabalho", podemos perceber que a ênfase

dada a atenção, é o meio para tornar aceito e permitido por todos, o controle, em seus mais variados níveis de existência:

a) o controle do trabalhador sobre si mesmo: sobre seu corpo e seus impulsos;

b) o controle dos trabalhadores por seus superiores imediatos - chefes ou mestres;

c) o controle dos trabalhadores pelo próprio processo de trabalho mecanizado, sintonizando os movimentos humanos aos das máquinas.

A atenção só chega a ser importante no processo de trabalho industrial, por ser na indústria que a força de trabalho está associada às máquinas:

"A distração é um dos maiores fatores de acidentes. Trabalhe com atenção e dificilmente se acidentará.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atendas às recomendações dos membros da CIPA<sup>(\*)</sup> e de seus mestres e chefes."

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Neste caso, a atenção é colocada como uma necessidade no trabalho, porque as consequências podem ser graves, se estiver ausente, provocando os tão comuns acidentes, onde há perda de membros ou órgãos do corpo humano, de modo irrecuperável (dedos, olhos, mãos, pés, pulmões, audição etc, por intoxicação, barulho, perfuração, amputação etc) ou, então, provocando a quebra das máquinas, baixando a produtividade no trabalho.

Mas a atenção não é requerida só pelos danos que ela pode provocar materialmente, na sua ausência; é, principalmente, pelos benefícios que trará aos donos das indústrias. Para o trabalhador, é apresentada como a única forma de prevenir dos acidentes, mas para o capitalista é, principalmente, um elemento altamente importante no crescimento da produtividade.

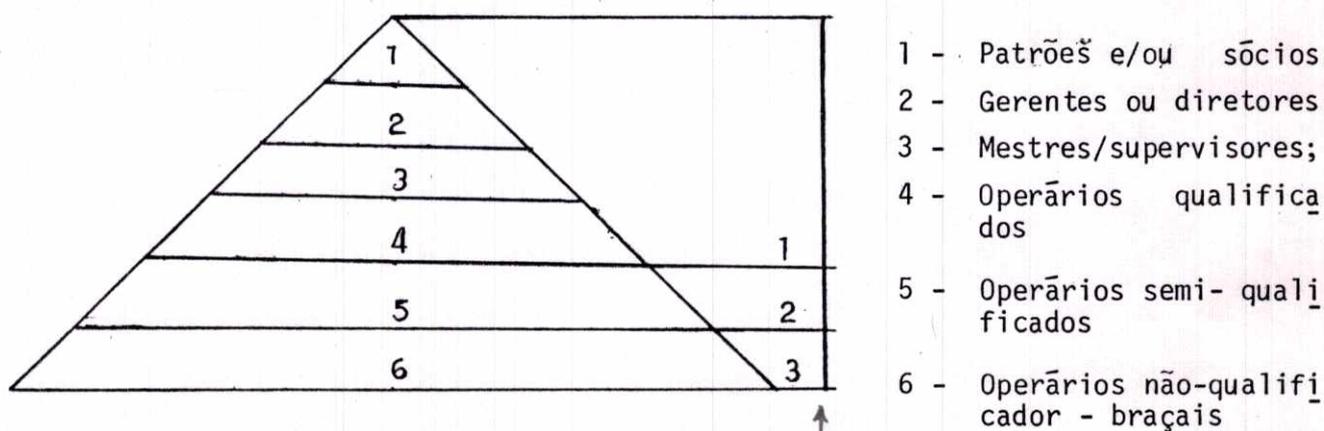
---

(\*) CIPA - Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, tornada obrigatória a partir de 1943, pela Legislação Trabalhista em empresas com mais de 50 operários, regidos pela CLT

"A máquina passa a controlar os trabalhadores com maior intensidade (...). Quer dizer, o (8) cara (8) é obrigado a uma jornada intensa" (1)

É também um meio para eliminação dos conflitos, porque torna necessária a obediência ao ritmo de trabalho imposto pela hierarquia das funções e dos cargos dentro da fábrica. É o mecanismo institucional para desincumbir de responsabilidades os capitalistas, pelos danos físicos que provavelmente sofrerão os operários (os operários é que são responsabilizados pelos acidentes que sofrem) e para tornar o controle uma prática socialmente necessária.

Deste modo, a atenção é um requisito fundamental na fábrica, para realização do trabalho, abrindo espaço para que sejam incorporados instrumentos legais à praxis social de dominação no ambiente de trabalho, com a hierarquização das funções e dos cargos como mostra a pirâmide:



#### Níveis de Tecnologia

- 1 = grandes indústrias: tecnologia: automação - mão-de-obra especializada
- 2 = grandes e médias indústrias: tecnologia: automação/mecanização mão-de-obra especializada e semi-especializada
- 3 = pequenas e médias indústrias: tecnologia: mecanização - mão-de-obra associa as três formas

A hierarquização pode variar, dependendo do tipo de indústria e da tecnologia empregada. Há indústrias com tecnologia recente, onde a automação é o processo básico de produção; em geral, são as grandes empresas, porque podem renovar, com vultosos investimentos, o processo de trabalho, desde a produção até

os setores de comercialização, são as de nível 1, com poucos empregados altamente qualificados; depois temos as de nível 2, que são grandes ou médias empresas, onde se associa a mão-de-obra semi e qualificada e em que a tecnologia mecanizada não sofreu alteração significativa com relação aos métodos de trabalho e se usa a automação apenas em setores específicos; finalmente, as empresas de nível 3, onde há a associação dos três tipos de mão-de-obra, ou apenas dois: os semi-especializados e os não especializados (2). No entanto, nenhuma delas prescinde da hierarquia; ao contrário, ela se acentua na medida em que a tecnologia vai simplificando o trabalho humano e complexizando o das máquinas. Essa complexidade do trabalho maquinal é inclusiva e percebida pelos operários.

"Hoje, uma criança com uma simples máquinas (de calcular), com um computador, ela deixa de conhecer as fórmulas (de cálculo), e, com isso, ela <sup>não</sup> avança, só avança se dispuser de máquina" (3).

Através da apropriação do saber pelo trabalho maquinal, o trabalho humano restringe-se apenas a um conjunto de movimentos desvinculados de seu conteúdo intelectual, de modo que não importe se quem o executa é um imbecil ou um intelectual, pois para a sua execução o essencial são os músculos se motivando, não importando que haja também um cérebro junto ou não (4). Na fábrica, não é importante se os operários sabem ou não construir o produto, desde a sua etapa inicial até a etapa acabada; o que importa, realmente, é que eles estejam prontos para executar apenas uma parte das operações que, no seu conjunto, dão a forma final.

"Se você perguntar para seu filho como aparece a imagem na televisão, ele não sabe. Hoje em dia, está-se usando as coisas sem saber como funcionam. Se você tira a máquinas de calcular da criança e diz 'faça isso aqui', ela não tem condições de fazê-lo" (5).

Mas isso só é possível se no processo de trabalho houver a quebra entre a concepção e a execução. Quem estabelece, de forma concreta, este fenômeno, é a divisão social do trabalho mais a introdução da maquinaria (6). Porém, tudo isso só pode ser entendido se penetrarmos no interior da fábrica.

CAPITULO II

O TRABALHO NA FÁBRICA - (A ROTINA DA MECANIZAÇÃO)

## 2. O TRABALHO NA FÁBRICA - (A ROTINA DA MECANIZAÇÃO)

Todo operário que trabalha com qualquer máquina, submete-se diariamente à execução de tarefas iguais, repetitivas e rotineiras durante o dia de trabalho.

"Como podemos ver, a própria máquina faz o controle do pessoal que está operando: o rendimento, os intervalos, se conversa ou não conversa com o colega. Isto provoca o isolamento do trabalhador" (1)

No caso acima, o operário é controlado diretamente pela máquina; porém, o controle também ocorre naquelas atividades onde não se trabalha diretamente com as máquinas ou em que se associa o trabalho manual ao maquinal.

"Os bancários têm um problema desesperador, pois passam o dia inteiro camimbando; é para levar qualquer um à loucura." (2)

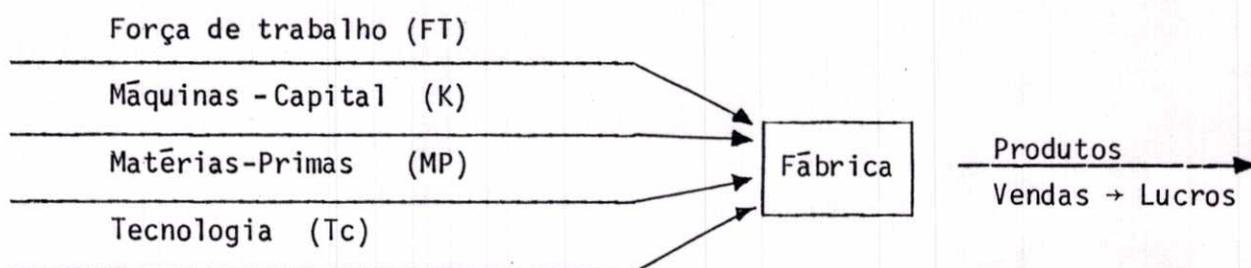
Por meio dos exemplos supracitados, percebemos que, geralmente, tanto nos trabalhos vinculados diretamente às máquinas quanto nos trabalhos sem as máquinas, a disciplina é mantida por meio da divisão e especialização do trabalhador em atividades isoladas.

Resumindo, o controle, a disciplina, a divisão do trabalho, a maquinaria e a hierarquia, são os elementos concretos de que se vale a burguesia, para tornar o processo de trabalho um processo de reprodução do capital. Esses elementos são, no seu conjunto, tidos por ela como necessários, mas o são apenas se forem entendidos como a necessidade que tem o sistema capitalista de construir os próprios meios de concreção da sua realização.

A simplificação do trabalho humano, a complexização do maquinaria e a hierarquização das funções dentro da fábrica, dependendo de como se organizam,

constituem, no seu conjunto, os instrumentos de controle dos operários inseridos nesse processo de trabalho. Onde há presença ostensiva das máquinas, o controle é feito por meio de sintonização dos movimentos humanos ao das máquinas; já onde a máquina não predomina, o controle é realizado diretamente pelos indivíduos que ocupam postos superiores, sobre turmas de trabalhadores divididas em atividades específicas. Numa, o controle é sobre o indivíduo e, noutra, sobre o grupo, pois só assim é que se pode tirar o máximo aproveitamento da força de trabalho aí inserida.

Qualquer capitalista sabe que, para obter esse aproveitamento de seus empregados, só o fará se houver, à sua disposição e ao seu alcance, meios disponíveis. Esses meios são a associação de:



de modo organizado e sob o seu controle na fábrica (3).

"É importante ressaltar que entre as matérias-primas, a máquina, o homem e o capital, existe a organização do trabalho" (4).

Não basta dispor de FT, K, MP nem Tc, se não houver um harmonioso intercâmbio entre todas as partes, de modo que não seja possível a quebra ou o desajuste de uma delas, prejudicando a produtividade do trabalho e diminuindo os lucros. Por isso é necessário desenvolver um processo de trabalho capaz de proporcionar aos seus interessados um controle efetivo de cada uma das partes que o compõem, ou seja, é do interesse do capitalista que sua fábrica seja organizada de maneira tal que ele possa ser o único agente diretor e que o processo de produção e fabricação das mercadorias seja organizado, de modo que todos os elementos que contribuem na composição do produto estejam na sua exclusiva dependência (5).

Para isto acontecer, é preciso que as condições materiais e espirituais

tenham existência concreta na sociedade. Estas condições não são dadas naturalmente pela sociedade; elas só terão existência concreta se forem produzidas socialmente. Sua constituição resultará da praxis social dos sujeitos constituintes no processo em curso: as classes.

### CAPITULO III

## O AJUSTAMENTO DOS OPERÁRIOS AO PROCESSO DE TRABALHO NA FÁBRICA

### 3. O AJUSTAMENTO DOS OPERÁRIOS AO PROCESSO DE TRABALHO NA FÁBRICA

A organização fabril é um tipo de processo de trabalho onde há o ajustamento harmônico de todas as partes envolvidas: a gerência, os supervisores, os operários qualificados, os semi-qualificados e os braçais, todos são dispostos de modo que o que for estabelecido pelo planejamento - a gerência, tenha execução efetiva e sem problemas que traumatizem ou retardem o andamento da produção

Mas só são atingidos plenamente os objetivos se na própria fábrica os operários, que são os únicos elementos sem nenhuma participação nas decisões, sofrerem um processo de ajustamento.

Para conseguir o ajuste, faz-se mister que este tenha um alcance um tanto interno quanto externo nos operários. Esse ajuste começa já no primeiro dia de trabalho, com a "indução ou integração" do novo funcionário, com "um conjunto de práticas mais ou menos regulares e semelhantes" nas fábricas, para que se atinjam os resultados desejados. Vejamos o que diz o artigo "A Integração do Novo Funcionário", de Natan Bergstein:

"Ao nível do senso comum, o que se pretende é 'ajustar' o novo funcionário, facilitar o seu primeiro contato com a empresa, fazê-lo 'vestir a camisa' ..." (1)

À medida que se vai ocorrendo o ajuste, vai sendo internalizada a realidade objetiva representada pela fábrica, que se transforma em parte da própria identidade do operário e da sua realidade (2).

"O que é real e fora passa a corresponder ao que é real dentro do indivíduo" (3), a subjetividade do trabalhador passa por uma conformação à realidade objetiva, o subjetivo se conforma ao objetivo. "Aos poucos, estabelece-se uma relação simétrica entre a realidade objetiva e subjetiva ... Esse processo corresponde à absorção de papéis e atitudes, que gradativamente passam a fazer parte, ao mesmo tempo, de sua auto-identidade e da identidade que a empresa lhe atribui. O indivíduo sente que é o que a empresa diz que ele é. E o que quer ser o que ele é" (4).

É deste modo que na fábrica se individualizam os comportamentos, pensamentos e atitudes nos operários. A objetividade é entendida, neste contexto, "na medida em que atua sobre os indivíduos" (5). Portanto, o real, o concreto, na fábrica e por meio dela, é a objetivação da subjetividade, através da organização do trabalho e só é possível ser produzida, desta forma, em dada direção.

O único elemento que não pode ser moldado segundo os desejos que não lhe sejam internos é o trabalho humano dos operários. É preciso, portanto, criar em volta delas, as condições que darão concreticidade aos efeitos desejados por elementos estranhos e externos aos próprios operários, de modo que eles não percebam nunca como estranhos, os estímulos que lhes são produzidos.

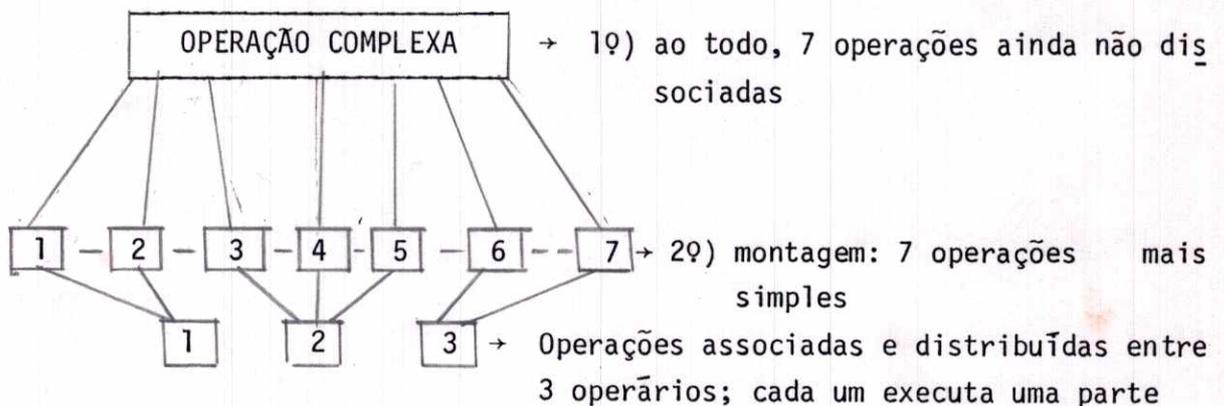
Para que isto aconteça é necessário que na fábrica o trabalho humano só possa ser desenvolvido na direção que lhe for dada por aqueles que, ao longo do processo de trabalho, se definirem como os dirigentes, não restando possibilidades para que outros elementos estranhos se apropriem de funções a não ser aquelas de que foram desincumbidos a exercer.

A criação de uma atmosfera que estabeleça os limites de quem toma as decisões e de quem as executa, só pode ser definida no processo de trabalho pelas operações de transformação do produto. Assim, o modo de fazer é de importância fundamental para que o controle se torne necessário já, no ato da produção, na relação da matéria-prima com o trabalhador, através do seu trabalho. Isto sig

nifica que o trabalho deve ser dividido em tantas operações quantas forem necessárias para que o trabalhador não se sinta o único agente no processo de trabalho (6) e compreenda que a sua função é executar o que foi determinado pelos que assim se fizerem seus superiores.

"Em alguns anos atrás, a pessoa tinha que ter capacidade (para exercer certas funções), tinha que desenvolver seu raciocínio para aprender, para ter conhecimento sobre o que estava fazendo. Agora, não há mais necessidade disso; é só saber apertar o botão" (7). Quanto mais simples o trabalho humano, menor é o conhecimento sobre as operações divididas e distribuídas entre os operários

A quantidade de operações pode variar, dependendo da fábrica e do grau das relações de trabalho que em seu interior se desenvolvem. Uma operação complexa que nos métodos artesanais é executada por um único homem, pode ser dissociada nas partes que correspondem à transformação do produto até a forma acabada e em cada uma delas pode estar um único homem, ou até mesmo se pode colocar vários homens, sendo cada um deles responsável por duas ou três das operações. O gráfico abaixo ilustra bem o processo:



A adoção de uma ou outra divisão técnica do trabalho dependerá, única e exclusivamente, do tipo de trabalho e das relações de poder que se estabeleçam entre os operários e os supervisores (também chamados mestre, contra-mestra, chefe de turma, inspetor, chefe de controle, chefe de reparação (8)), já que estes são seus superiores imediatos. Cabe ao supervisor o controle dos trabalhadores que lhe são subordinados; dependerá dele os bons resultados do conjunto

das operações (9).

Esse cargo tem importância vital na fábrica, porque é o intermediário entre os operários executores e os gerentes planejadores. Merecem um treinamento e instrução especiais para o bom desempenho da função. São eles os responsáveis pela adoção das formas de ajustamento dos operários às operações executadas.

"Não é só o uso de máquinas que está eliminando postos de trabalho e funções profissionais. As técnicas gerenciais e os processos produtivos também fazem isso ..." (10).

As habilidades do supervisor se desenvolvem apenas no sentido para que o dirigirem as técnicas gerenciais: no sentido do controle e da direção dos operários, produzindo-lhes as atitudes e comportamentos correspondentes ao bom desempenho do trabalho para a obtenção dos níveis satisfatórios de produtividade de que foram previstos pelos gerentes de produção.

Vejamos um caso específico: na Sociedade Motta Irmão & Cia; em 26 de abril de 1951, há a entrada de dois sócios novos; dois anos depois, a maquinaria é renovada e a fábrica é ampliada. Esses sócios são, na verdade, os diretores ou gerentes de <sup>vendas</sup> vida e de produção, isto por ocasião da expansão do mercado consumidor brasileiro, da própria fábrica e das casas de comercialização abertas em São Paulo e Nova Friburgo; eles são, agora, os intermediários dos papéis entre os operários. No entanto, são os supervisores, os administradores e mediadores dos conflitos, quando estes ocorrem entre os operários ou entre os operários e a administração.

No Manual de Treinamento e Desenvolvimento, fica bem claro qual é o seu papel junto aos operários e à gerência:

"Um supervisor planeja, organiza, dirige e controla? Ou simplesmente despacha o trabalho, administra as políticas de pessoal e trata de manter a paz entre os subordinados?" (11).

O documento acima nos mostra, pelo seu questionamento, os papéis assumidos pelos supervisores e, mais adiante, enumera cerca de oito habilidades, das quais exemplificaremos três, que são as mais ilustrativas:

- "Habilidades de direção: motivando e dirigindo os seus subordinados, para que conclua o trabalho bem feito;

- **Habilidade de comunicação:** prendendo a atenção, verificando e usando informações de maneira prática ...

- **Resolver conflitos:** manejando por sobre os subordinados ou mediando entre grupos desagregados" (12)

Vemos que o papel de intermediário do supervisor é uma espécie de porta-voz da gerência; cabe-lhe resolver questões de ordem imediata na esfera da produção. Concentra em si as habilidades dos operários e parte das de planejamento; isto é importante para demonstrador que é capaz, não somente de dizer o que deve fazer o trabalhador mas, no caso de necessidade, também executar o serviço na frente do operário, de modo que lhe exemplifique o melhor método de realizar o trabalho" (13).

O conhecimento dos "melhores" métodos de trabalho que os subordinados executarão, significa que sua autoridade está muito além do controle coercitivo mas que ela se dá por sua superioridade intelectual. Neste caso, o como fazer também significa poder controlar.

"Seria melhor colocar que conhecimento é poder, porque, na verdade, quem detém o poder de automatizar também detém o poder" (14).

Não é pela força que se mantêm as relações de dominação na fábrica. Mas o **saber** tem papel fundamental nesta relação. O conhecimento das operações que transformarão o produto até a sua forma acabada, determina em qual dos lados desta relação estão localizados os indivíduos. Quanto mais parcelada é a tarefa maior é o controle e menor é o conhecimento do trabalhador sobre sua atividade.

"A gente estava discutindo lá no grupo como fica mecanizado o pensamento do trabalhador" (15).

A subordinação dos trabalhadores implica na sua inserção nessa situação, na condição de ignorantes, de pessoas despossuídas de conhecimentos, para poderem ser modelados através dos cursos de treinamento desenvolvidos nas dependências da fábrica ou mesmo em instituições específicas para isso. Não foi à toa

que o SENAI se encarregou, a partir de 1950, em todas as regiões do Brasil, de direcionar os métodos de treinamento da mão-de-obra industrial (16). Mas já em 1962, quando seu Regimento atual fica pronto, definindo seu papel junto à indústria, vemos como foram inseridos os trabalhadores preparados para a indústria que se serviu dos cursos de treinamento:

"Regimento de 1962 - Objetivos:

a) Assistir os empregados na elaboração e execução de programas gerais de treinamento do pessoal dos diversos níveis de qualificação e na realização de aprendizagem metódica ministrada no próprio emprego;

b) proporcionar aos trabalhadores maiores de 18 anos, a oportunidade de completarem, em cursos de curta duração, a formação profissional parcialmente adquirida no local de trabalho" (17).

As escolas profissionalizantes são espaços modeladores dos treinandos, a fim de que estes se apresentem nas condições desejadas pela indústria absorvedora deste tipo de mão-de-obra. No entanto, <sup>para</sup> para poder produzir no operário o que se espera dele, é preciso que este se encontre com baixa grau de conhecimentos adquiridos e que não apresente "reações vivas e inteligentes" (como na expressão de Taylor), isto porque tais reações, na maioria das vezes, são uma resistência aos métodos que foram previamente escolhidos (18) e de que o treinando pode discordar.

A resistência sempre ocorreu em maior ou menor grau, dependendo de como se apresenta; é anulada ou eliminada com os métodos de adequação dos conhecimentos, habilidades e comportamentos dos operários. É normalmente executada "no local de trabalho, no centro de treinamento da fábrica ou nas escolas técnicas" (19). Não é vista como fator negativo quando pode proporcionar o diagnóstico de situações indesejáveis que mais tarde serão evitadas, para que não se repitam.

A eliminação dos fatores negativos na produção inclui, entre outros, a eliminação do conflito e a total anulação da capacidade contestatória do operário para seu perfeito ajuste aos processos de trabalho que foram adotados. Para

que essa condição se realize, é no próprio processo de trabalho que ela se desenvolve, nas tarefas e nas operações que constituem o todo. Para isso, contribuem a divisão do trabalho e a especialização do trabalhador executando operações simples (20) que lhe requeiram apenas a capacidade de repetir as operações mecanicamente, já que foram treinados para isso.

"A gente estava discutindo no grupo como fica mecanizado o pensamento do trabalhador" (21).

Quem descreve bem essa situação é Taylor, em "Princípios de Administração Científica", quando analisa suas experiências como administrador da Bethlehem Steel Company:

"Um dos primeiros requisitos para um indivíduo que queira carregar lingotes como ocupação regular, é ser tão estúpido e fleumático que mais se assemelhe em constituição mental a um boi.

Um homem com reações vivas e inteligentes é, por isso mesmo, inteiramente impróprio para tarefa tão monótona. No entanto, o trabalhador mais adequado para o carregamento de lingotes é incapaz de entender a ciência que regula a execução desse trabalho. É tão rude que a palavra "porcentagem" não tem nenhuma significação para ele e, por conseguinte, deve ser treinado por homem mais inteligente" (22)

A monotonia do trabalho é, em essência, a destruição das potencialidades criativas dos trabalhadores.

"Rotina é o nosso trabalho, gente. Quem carimba cheques, faz exatamente o que um soldador faz o dia inteiro, o montador que monta o dia inteiro, ou o "cara" que aperta parafuso o dia inteiro (...); todas as rotinas de produção são automáticas, elas se repetem, você não é contratado para criar, somos contratados para produzir" (23).

A rotinização do trabalho é um meio de impossibilitar a possibilidade de se desenvolverem as capacidades inteligentes que são tidas como negativas à produção. O processo de trabalho que se desenvolve na indústria à medida <sup>que</sup> que é fragmentada em operações simples e mecânicas, estejam elas vinculadas aos movimentos das máquinas ou aos dos homens, desde que não pretem espaço para o trabalho ficar a critério do operário, arranca-lhe a subjetividade crítica e transformadora.

"(A máquina) agora está incorporando o saber intelectual. Antes, substitua habilidades manuais, mecânicas, onde se apropria dos movimentos, trabalho muscular. Agora, não, armazena e se apropria de conhecimentos" (24).

O sindicalista ilustra bem a situação dos trabalhadores que, por exemplo, são caixa de casas comerciais e não precisam calcular por que a máquina faz isso por eles que só apertam os botões da calculadora.

Assim, a capacidade crítica, transformadora, que só se pode desenvolver através do conhecimento e da atividade produtiva como processo indissolúvel, é dissolvida no trabalho mecanizado e, mais adiante, o saber é apropriado pela máquina, ficando o trabalho humano reduzido a movimentos mecânicos e previsíveis, adotados independentemente das necessidades e vontades dos trabalhadores que têm, assim, sua subjetividade apagada e reajustada através da atividade mecânica. O resultado desse processo é a conformação de suas consciências ao processo a que foram submetidos e que agora faz parte integrante de seu ser (25).

"Se você acostumar a calcular com uma calculadora, acostumar-se-á a fazer as coisas muito simples e tirará a capacidade de se expandir intelectualmente em outros setores. Você não treina sua cabeça, sua mente fica robotizada .. porém, quando se deparar com situações que exigem raciocínio ..." (26).

O universo de locução, de expressão verbal, do protesto, da crítica e do conflito, simplesmente inexistente nestas condições e, quando muito, está incorporado às formas de dominação, reproduzindo-as em níveis cada vez mais complexos de Alienação.

Em termos concretos, a divisão do trabalho e a especialização profissio

nal são as formas pelas quais se eliminam a subjetividade indesejada e inconveniente à reprodução do capital no ambiente de trabalho, além de ser um instrumento de desmantelamento da organização dos operários:

"A máquina também vem para aumentar as dificuldades que os trabalhadores têm de se organizarem. Com as máquinas, você vai substituindo com facilidade os trabalhadores mais experientes, e isso dificulta a organização dos trabalhadores" (27).

Com o desmantelamento da organização dos trabalhadores no ambiente de trabalho, o protesto e o conflito são aparecem diretamente fora do trabalho da fábrica: no sindicato, no absentismo, nas greves, nos congressos etc.; em suma, em universos localizados fora da órbita do trabalho imediato, constituindo - se em esferas específicas que contêm todos os elementos críticos que o sistema produziu, podendo, então, ser melhor reconhecido e combatido, tendo seus efeitos anulados quando, muitas vezes, a burguesia realiza, na sua perspectiva, reivindicações dos trabalhadores, esvaziando-as de seu teor crítico, tornando-as neutras e passíveis de uma manipulação que lhe dê as características que se queira dar. Basta ver a segurança tão reivindicada pelos trabalhadores que a Carteira de Trabalho propicia.

CAPITULO IV

TREINAR HOMENS, TREINAR MENTES - A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE

#### 4. TREINAR HOMENS, TREINAR MENTES - A ESCOLA PROFISSIONALIZANTE

Para que esse processo de trabalho se concretizasse historicamente, os meios foram preparados na Europa, com a Revolução Industrial, e nos EUA, com a invenção dos métodos racionais de trabalho, a partir da segunda metade do século dezenove (1). No Brasil, a burguesia industrial adota-a segundo as necessidades da indústria e do tipo de mão-de-obra aqui existente.

"Nem sempre, porém, é mais negócio mecanizar certas partes da produção. No Brasil, onde a mão-de-obra não qualificada é abundante e barata, talvez seja mais interessante realizar manualmente **certas operações** mais simples. Somente após comparar as vantagens econômicas (menor custo de cada unidade do produto) e humanas (menor fadiga), poder-se-á optar pela utilização ou não de determinado equipamento ou máquina" (2).

No "Manual de Organização da Fabricação" está bem colocada a questão da necessidade ou não do uso das máquinas na economia brasileira. Estas não são, nem nunca foram apenas baluarte de "desenvolvimento e avanço tecnológico" por si <sup>so</sup>; seu uso só é plenamente implantado quando os métodos de fabricação forem mais rentáveis; caso contrário, isto não acontece.

Em pequenas e médias indústrias (com número inferior a cem operários)(3) na Paraíba, o uso da maquinaria é localizado em alguns setores econômicos importantes na década de setenta; alimentação (leite industrializado), vestuário, calçados, mineração, mobiliária, em determinadas partes das indústrias, ou, então, atinge completamente todos os setores das indústrias. Há setores que, dentro das indústrias, são mecanizados - produção e fabricação, e outros onde inxiste - limpeza, ou é parcial - escritório. Mas cada caso é específico, mere

cendo uma investigação <sup>V</sup>precisa antes que se chegue a qualquer conclusão.

Na curtição de couros, por exemplo, em algumas indústrias é exclusivamente manual, isto é, sem uso de máquinas; noutras, é realizada com o descarnador-mecanizada. Geralmente, o uso da máquina requer mão-de-obra qualificada, que tenha recebido treinamento nas escolas profissionalizantes - SENAI, Escola Politécnica, ou nas dependências da própria indústria. Na maioria das vezes, era preciso dar a instrução básica aos operários, isto porque cerca de 18,10% destes careciam de conhecimentos de Mecânica Geral, e 20% eram analfabetos (4), sendo, por isso, que os cursos profissionalizantes nos anos <sup>setenta</sup> setem eram dirigidos, na maioria dos casos, para suprir estas necessidades (menos o analfabetismo que ficava a cargo do MOBRAL).

Cerca de 20% (5) dos trabalhadores da indústria do couro em Campina Grande nos anos 58 e 69, eram analfabetos e estavam diretamente ligados à produção, nas fábricas (cerca de 6 fábricas compõem esta percentagem).

Mas os industriais não se mostravam insatisfeitos com a situação, pois sabiam que sua permanência facilitaria a exploração dos trabalhadores com salários baixíssimos, além de poderem exercer o controle de modo mais eficiente e sem conflitos ameaçadores, pois boa parte dos trabalhadores que se encontravam nessa situação, não tinha conhecimento de seus direitos, já que eram garantidos por lei. Geralmente, o que acontecia era a dispensa imediata dos operários que não "davam para o serviço", como na expressão dos próprios industriais. Isto podia acontecer devido à abundância de trabalhadores à procura de emprego; tal situação se agravava ainda mais, devido às secas que, periodicamente, provocavam o êxodo rural.

No ano de 69, nos curtumes campinenses cerca de 66% dos operários estava na produção; isto explica por que há uma preocupação em treiná-los, por parte tanto da empresa, nas dependências da fábrica, como em escolas especializadas, como o SENAI. Cerca de 36,96% dos trabalhadores da produção necessitava de algum tipo de treinamento, significando que existe garantia permanente e abundante de profissionais qualificados à espera de uma vaga. Embora os "empresários indicarem", em resposta à pesquisa realizada pela Comissão Estadual de Formação

Profissional da Paraíba, "não haver falta de mão-de-obra qualificada em nenhuma ocupação existente, e não demonstrarem interesse em cursos de treinamento" (6). Havia cerca de 5 ocupações necessitando de treinamento: chapista, 4; 24%, curtidor de couro, 4,24%; operador de vácuo, 3,63% e operador descarnador de couro 3,67%, do total que é 14,2% dos operários dos curtumes.

A ênfase dada ao treinamento é devida ao fato da indústria estar em expansão desde princípios da década de 1950. No Curtume São José, por exemplo, o total do capital da fábrica, em 20 de junho de 1953, era de CR\$7.000.000,00 sendo reaplicados da seguinte forma:

- CR\$1.500.000,00 = Maquinaria
- CR\$ 493.128,30 = Aplicação do sócio majoritário
- CR\$ 6.871,70 = Em moeda corrente

Esta indústria foi fundada em 30 de setembro de 1931, com armazém e fábrica a vapor; tinha, inicialmente, o capital de 230:000\$000, sofrendo sua primeira renovação de maquinaria 22 anos depois da fundação (7), e isto significou preparação de pessoal previamente, principalmente dos operários ligados à produção direta, o que foi feito na própria fábrica. Portanto, o operário treinado foi absorvido pela fábrica, não havendo excesso de mão-de-obra qualificada nem mesmo naquelas ocupações com maior número de operários nas fábricas, que representavam 26,45% do total, distribuídas da seguinte forma: (8)

- confeccionar de luvas: 13,93%
- engenheiro de couro: 4,24%
- laminador de sol<sup>a</sup>: 4,24%
- curtidor de couro: 4,24%

Em outros setores como a administração e serviços auxiliares, ocupam 13,93% da mão-de-obra, a manutenção 17,57%; no entanto, 67,84% é que têm alguma qualificação profissional do total dos operários nos três setores da indústria.

A partir do segundo quinquênio da década de 60, por todo o País há uma preocupação em se conhecer e diagnosticar o nível de qualificação dos operários tanto da indústria quanto dos serviços urbanos. Esta preocupação vai produzir

a uniformização dos métodos de trabalho para atender às necessidades de reprodução do capital, sendo esta, a partir das pesquisas sobre as condições reais de vida do operariado e de seu trabalho, realizada pela Universidade, pela SUDENE, pelo BNB, SENAI e pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra. Com essas informações, a burguesia pode reorganizar os métodos de trabalho e os trabalhadores, que ao serem reprocessados em escolas de treinamento serão modelados segundo as necessidades de reprodução do capital.

Por ocasião da mecanização do trabalho nos latifúndios canavieiros, muitos lavradores são expulsos, sendo obrigados a se afovelarem nas cidades mais próximas, à procura de trabalho. É claro que ex-lavradores, acostumados a uma rotina completamente diferente daquela a que os operários se habituaram, não serviram para o trabalho fabril, migrando para outros centros urbanos (9). No entanto, enquanto estiveram em Campina Grande, serviram para aumentar as pressões sobre o emprego.

Porém, não são só os ex-lavradores que migram; a mão-de-obra especializada também o faz constantemente, segundo a "Comissão Estadual de Formação Profissional". Grande parte dos profissionais empregados acaba se mudando para outros centros, onde procuram oportunidade de melhores salários, ficando apenas os que não conseguem ir embora ou que se satisfazem de alguma forma com o que conquistaram em Campina Grande. Esse êxodo profissional é registrado em 1970 pela Comissão Estadual, e é independente das secas e do êxodo rural que fazem parte da região dentro dos moldes de desenvolvimento capitalista.

Com a migração do campo para as cidades e também quando estas não ocorrem, o esvaziamento continua, lento e sem interrupções. As fábricas servem como estágios, para os operários que, na primeira oportunidade, migram para outras regiões, principalmente para o Sudeste do País. Mas enquanto isto não acontece, é em Campina Grande que as fábricas recebem toda uma cultura operária, embora só mais tarde ela seja lembrada como uma herança do passado.

Na sua maioria, o operariado especializado passa por um processo de treinamento, tornando-se um sujeito construído a partir dos pressupostos da produção capitalista de mercadorias, ou seja, um indivíduo que tenha condições de

executar operações em períodos de tempo, segundo os métodos racionais da produção.

É comum encontrarmos passagens (nas pesquisas sobre mão-de-obra industrial) onde se apela para a racionalização do trabalho na indústria, e esta só se realizará plenamente realizável se a qualificação profissional vier junto.

Afinal, operários habituados a processos artesanais onde todas as etapas da construção do produto se concentram em si e, sendo estes que ditam o ritmo do trabalho, não se compatibilizam com os "novos" métodos, onde a única potencialidade essencial na execução das operações é a destreza. Para esse tipo de trabalhador, a especialização é mal vista:

"Há dez anos, duas pessoas tinham que preparar a fermentação da massa. Com o aparecimento do fermento químico, a função dessas duas pessoas foi eliminada. Com o aparecimento da amassadeira automática, desapareceu a função dos "cilindreiros", que ocupava mais duas pessoas. As amassadeiras automáticas fazem a massa em dois ou três minutos, eliminando também a função a que chamamos "mestre de padeiro". Este mestre tinha a capacidade de perceber e reconhecer só pelo tato, quando a massa estava pronta para ser manipulada e, posteriormente, conhecer o momento de assar o pão". (10)

É a sua decadência profissional; é bem provável que tenha sido por isso que o tratamento se destinou, primeiro, aos menores, na década de 1940, com a criação do SENAI, mas antes, na Carta Constitucional de 1937, já se fala em profissionalizar operários:

"Art. 129 - À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios, assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações parti

culares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas ..." (11)

O Estado, na Constituição de 1937, é apresentado como o tutor legal do ensino profissional destinado aos menores. A preparação destes em "escolas de aprendizes", implica na preparação do operário desde a infância para que se possa colher deles os melhores resultados posteriormente.

O sentido moralizante da Constituição que aparece em expressões do tipo "é dever", confunde-se com a lei, é a moral autoritária da burguesia como instrumento legal de dominação e poder pelo aparelho de Estado, exercido sobre as camadas sociais tuteladas por uma espécie de entidade paternal, capaz de agir por cima dos homens. Deste modo, o Estado pode até produzir coisas até então inéditas na sociedade - a institucionalização dos métodos de trabalho, com as escolas profissionalizantes que formarão os homens trabalhadores de amanhã. Isto não é por acaso, é um meio de colocar a individualidade dos "menos favorecidos" em seu lado produtivo, canalizada de acordo com os interesses do grupo burguês que exerce o poder de Estado.

Podemos ver esta questão acompanhando as alterações dos textos constitucionais entre 1937 e 1969:

"Nas Constituições brasileiras, a partir de 1937 ... no capítulo da **Educação** e da **Cultura**, a obrigação das empresas colaborarem com o Poder Público na formação de aprendizes.

A Constituição de 1946 retomou o tema e estabeleceu, no artigo 168 do capítulo sobre Educação e Cultura:

IV - as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitando os direitos dos professores;"

A Constituição de 1967, no capítulo "Da Família, da Educação e da Cultura", prescreveu:

Art. 170 - As empresas comerciais, industriais e agrícolas, são obrigadas a manter, pela forma que a lei estabelecer, o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes.

**Parágrafo Único:** As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores.

Depois da Emenda Constitucional de 1969, o artigo passou a ser assim redigido:

Art. 178 - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter o ensino gratuito de seus empregados e filhos destes, entre sete e os quatorze anos, ou a concorrer para aquele fim, mediante a contribuição do salário-educação, na forma que a lei estabelecer.

**Parágrafo Único:** As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado" (12)

Assim, à medida que as Cartas Constitucionais são reelaboradas, acentua-se o aspecto da aprendizagem "dos trabalhadores menores", isto devido ao fato de não existirem setores fabris sem a mão-de-obra infantil e estes, recebendo cerca de 50% do salário-mínimo da região onde estão localizados, o que representa mais um mecanismo de extração de mais-valia da força de trabalho industrial e comercial brasileira, e vale salientar, tornado legal.

CAPITULO V

TREINAR - FORMAR - REFORMAR - MODELAR

## 5. TREINAR - FORMAR - REFORMAR - MODELAR

Em 1940, o Decreto-lei baixado pelo governo torna mais clara a finalidade da criação das escolas profissionalizantes:

"Art 2º - A fim de realizar a formação ou o aperfeiçoamento profissional do trabalhador, os cursos abrangerão:

I - Estudos de matérias essenciais à preparação geral do operário

II - Estudo da Tecnologia relativa ao ofício a que se destinar o trabalhador

III - Execução sistemática de todas as operações que constituem o ofício a que alude o item anterior.

**Parágrafo Único:** A prática profissional constará do próprio trabalho que o aluno prestar ao empregados, na qualidade de seu empregado e, ainda, dos exercícios por ele realizados de maneira metódica, em harmonia com o estudo tecnológico respectivo, no local do trabalho, ou fora dali, ou em oficinas especiais, a juízo do empregador" (1)

Embora elaborado um ano e meio antes da criação do SENAI, o Regulamento dá uma visão mais concreta do que é a decantada "proteção aos menos favorecidos" em sua infância. Ora, se protegê-los é formá-los de modo que estes se tornem instrumentos da reprodução do capital no processo de trabalho vigente, então quem <sup>está se</sup> está protegendo é o Estado e não qualquer Estado, mas o tipicamente burguês, que assume, assim, sua forma específica de controlador via as relações de poder com que estabelece o proletariado brasileiro, no processo industrial de trabalho. É um meio de o Estado uniformizar os métodos de trabalho e as relações que se desenvolvem a partir dele, reduzindo-as a relações tecnicamente

aprendidas em cursos de formação profissional neutralizando qualquer forma de expressão subjetiva que implique em ameaças abertas aos meios de obtenção de mais-valia, no ambiente de trabalho.

Para podermos entender melhor o que é o Treinamento, usaremos a comparação de Marcos Pontual no artigo "Evolução do Treinamento Empresarial" (2) entre educação e treinamento:

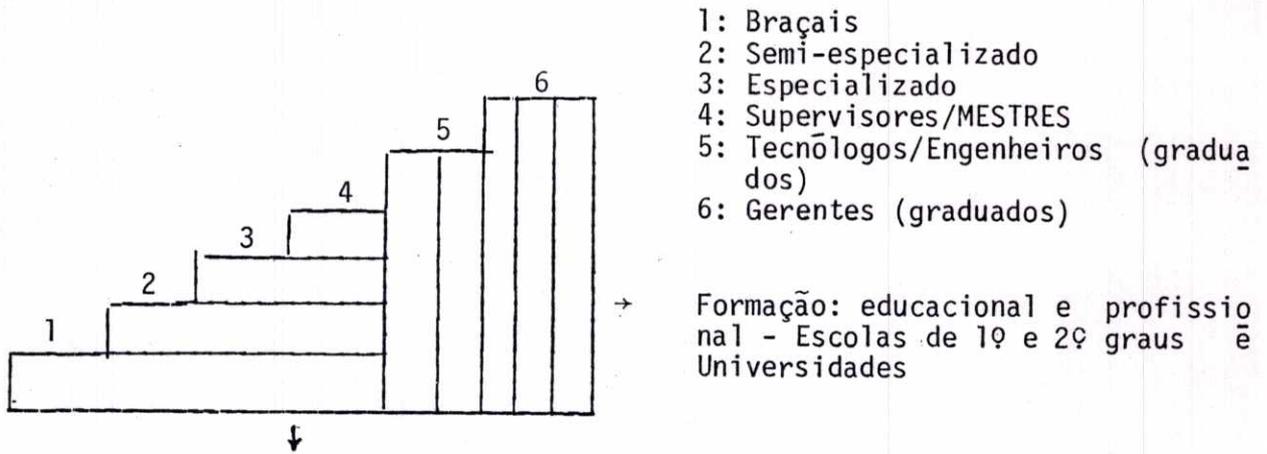
"Para alguns ..., a educação se dirige ao homem como um todo, ao passo que o treinamento visa particularmente ao trabalhador, ... a educação prepara para a vida, enquanto o treinamento prepara para o trabalho".

O treinamento é, portanto, "uma atividade metódica para adaptação do homem ao trabalho". Enquanto "a educação incumbe desenvolver integralmente a personalidade, ao treinamento compete integrar o indivíduo em seu trabalho, visando ao seu desempenho, para atender às necessidades da produção" (3). Fica então bem claro que treinar é sinônimo de adaptar e conformar ao trabalho, não havendo nenhuma relação com os processos educativos.

O tipo de "reconhecimento" que o Estado quer proporcionar à classe trabalhadora, é o que se dispensa a qualquer animal de circo. Eis aí a "proteção", "o dever" do Estado para "com os seus cidadãos".

A divisão da escola em educativa e profissional na década de 1940, a primeira para as classes dominantes e a segunda para as "instrumentais", significa que a cultura é reorganizada segundo os interesses do grupo no poder de Estado. Significa também que a educação, proporcionando uma visão global da sociedade é exclusiva dos dominadores, ao passo que o treinamento visa integrar os indivíduos a processos que, a princípio, lhes são alheios.

No gráfico seguinte veremos para quem se destinam um e outro tipo de formação:



Formação: Escola de 1ª, às vezes de 2ª, e Profissionalizantes ou exclusivamente escola profissionalizantes e há casos em que a profissionalização se dá no local de trabalho

1 - "Braçais: ocupação manual constituída por tarefas simples, aprendidas em curto período de tempo e que requerem pouca ou nenhuma capacidade de julgamento;

2 - **Semi-qualificado:** uso de habilidade manual em alto grau, mas limitada a um trabalho perfeitamente definido ou de rotina; a atividade não apela para a destreza ou para a capacidade de julgamento, mas para a atenção;

3 - **Qualificado:** ocupação manual, com conhecimento total e consciente dos processos de trabalho, o exercício de considerável capacidade de julgamento autônomo, um alto grau de destreza manual ...;

4 - **Mestre:** operário qualificado com funções de comando. Trabalha com um grupo de trabalhadores na execução de determinadas tarefas e que participam do trabalho, além de vigiá-lo, distribuí-lo e coordená-lo;

5 - **Técnicos:** trabalham em setores de planejamento, produção, manutenção, assistência técnica e vendas ...; *possuem grau superior.*

6 - **Gerentes:** trabalham na administração e planejamento; possuem grau superior" (4).

As categorias ligadas à produção são as que têm o menor grau de instrução; são, também, as que têm maior número de operários; o degrau enumerado no gráfico indica que os primeiros são os que requerem menor instrução e maior destreza, dispensando-se o uso de operações mentais e necessitando de grande habi

lidade manual. As que estão mais próximas do topo são aquelas que requerem o constante exercício mental, para serem desenvolvidas e são as menos numerosas; nelas, o uso de operação manuais é raro.

Podemos concluir que na fábrica há os que são preparados para pensar e/ou preparados para executar. O trabalho intelectual e o manual são <sup>d</sup>cingidos para poderem contribuir com o domínio e a exploração social, tal como ela se apresenta especificamente no sistema de fábrica.

Qual o resultado desta divisão de saberes e de relações hierarquizadas? Tratamos no próximo capítulo com mais detalhes.

CAPITULO VI

A FRAGMENTAÇÃO DA DIMENSÃO SUBJETIVA E A PRÁXIS DA DOMINAÇÃO

## 6. A FRAGMENTAÇÃO DA DIMENSÃO SUBJETIVA E A PRÁXIS DA DOMINAÇÃO

A hierarquia profissional é um tipo de hierarquia intelectual, é organizada em concordância com os interesses dos possuidores dos meios de produção. E quanto mais complexa e sofisticada é a tecnologia, mais rígidas se tornam as diferenças profissionais, que são as diferenças de classes presentes no interior da fábrica.

Podemos atestar, através do gráfico no capítulo passado, que nos pontos mais altos da hierarquia encontram-se os indivíduos mais cultos (cultura universitária), porque têm acesso ao ensino privado que ocupa vários anos de escolaridade, tendo a oportunidade de desenvolverem vários aspectos da personalidade. Nos pontos mais baixos, encontramos aqueles que irão dedicar-se às tarefas manuais sem recurso aos exercícios mentais. Poucos indivíduos, neste caso, têm acesso aos cursos públicos de 1º grau e, raramente, conseguem chegar ao 2º grau e concluí-lo.

Em 1970, os trabalhadores dos curtumes paraibanos que estavam na produção e fabricação de artefatos de couro, estavam assim distribuídos, segundo o grau de instrução: 27,5% são analfabetos, 52,8% não terminaram o primário, 11,8% terminaram o primário, 5,9% têm o primeiro ciclo incompleto e não há nenhum com o segundo ciclo, nem ao menos incompleto. Mas o pessoal da administração, os cargos mais altos (de mando); há 2,0% com curso superior incompleto (1).

O resultado desta cisão de saberes é a desintegração da dimensão subjetiva humana (2). Sua fragmentação em espaços onde se expressa ativamente e onde não se expressa nunca, ou se expressa em determinadas direções que lhe são dadas previamente.

A escola profissionalizantes é uma das formas concretas de domínio e

apropriação dos métodos de trabalho, métodos estes que fazem parte integrante da subjetividade humana, mas que, da maneira como são formulados, anulam-na no sentido de que impossibilitam a sua própria autoconstituição criadora e, portanto, crítica. A subjetividade humana só é criadora se sua autoconstituição se elabora a partir da crítica permanente aos seus pressupostos teóricos e empíricos, o que quer dizer que está em constante relação com as situações dadas que se concretizam historicamente e que, no presente, são a sua realidade atual. No entanto, se for podada a possibilidade de crítica, de criação e de transformação próprias da subjetividade humana, isto equivale dizer que foi apagada das mentes dos homens por meio de uma atividade sem fins em sua própria realização, que é o trabalho, como atividade abstraída da finalidade, da subjetividade.

Concretamente, a profissionalização atua dentro das dimensões tanto objetivas quanto subjetivas dos indivíduos, através das relações sociais que, a partir dela, se desenvolvem, moldando-as segundo as relações de poder e de domínio entre as classes sociais, relações estas que se incorporam à praxis da dominação, praxis esta que se apresenta basicamente em três níveis indissociáveis:

1º) A dominação do homem pelo homem: concretamente, realiza-se de forma plena na hierarquização das funções dentro da fábrica, com a concentração do poder de decisão em setores de planejamento, sendo que sempre significam a exclusão dos que se dedicam à execução fragmentada do trabalho. O planejamento só diz respeito aos operários quando os têm como objeto de adequação e ajustamento às decisões tomadas sem sua consulta pelo setor de planejamento.

2º) A dominação do trabalhador sobre si mesmo: neste nível, a dominação é a relação do trabalhador com o seu trabalho, reproduzindo-a contra si próprio por meio de uma atividade prática (mecânica, isto é, sem tê-la projetado para si, para sua satisfação), que anula suas potencialidades críticas. Só pode trabalhar produzindo autodisciplinamento com o controle sobre seu corpo e mente controlados através dos instrumentos de trabalho, da maquinaria, da divisão técnica do trabalho e da divisão social do trabalho.

3º) A dominação das necessidades humanamente naturais pelas mercadorias

(3): as necessidades humanas (desde as necessidades orgânicas até as que se tornaram exclusivamente intelectuais), tornam-se necessidades de posse e são por meio da posse que o homem suprindo-a e desfrutar do seu mundo socialmente construído a partir dessas mesmas necessidades, sendo as relações sociais que se constituem neste contexto, estabelecidas através da posse de bens e da ausência da carência de bens. É a posse das coisas que garante a própria sobrevivência, de tal forma que as necessidades humanamente naturais são satisfeitas através da apropriação dos objetos tornados coisas-mercadorias.

Tanto mais necessidades socialmente construídas tem o homem, por mais rico ou por mais pobre que seja, mas sua satisfação só se realiza na apropriação dos objetos que agora, nesta relação de posse e domínio, tornam-se coisa. A relação de apropriação se realiza através da atividade prática que estabelece a dominação social com a manipulação da natureza e dos homens que acabam tornando-se seus veículos materiais. Nesta relação reside a especificidade do modo de produção capitalista e do processo de trabalho que lhe é correspondente.

O fenômeno se integra na institucionalização dos métodos de trabalho que proporcionam a unificação do saber dos trabalhadores da indústria em escolas profissionalizantes e a padronização dos trabalhadores<sup>(\*)</sup>. Levado ao ponto máximo, isto produz a uniformização das habilidades humanas, tornando-as independentes de quem as possui, pois é a instituição que as produz nos trabalhadores. Desta forma, a criação, avessa à padronização, inexiste neste contexto. A própria criação é desenvolvida no sentido de aperfeiçoar os métodos de controle com o desenvolvimento de novas técnicas de produção, como, por exemplo, o cronô

---

(\*) Muitos dos ofícios que havia em Campina Grande, até a década de 50, eram aprendidos e desenvolvidos nas famílias sem instrumentos formais que comprovassem a autenticidade do ofício (instrumentos do tipo: diplomas, certificados etc.) expedidos apenas por instituições ou pessoas ligadas a elas. As instituições profissionalizantes se apropriaram dos sabedores desses artífices, estabelecendo a concorrência para eliminá-los e, mais adiante, reproduzi-los na direção indicada pelo capital empregado nesta área. Os alfaiates, marceneiros, pedreiros, sapateiros, costureiras etc., perderam seu valor artístico e só foram aproveitados pelas indústrias mediante comprovante formal de suas habilidades

metro no século dezenove, o circuito interna de televisão e o computador no século vinte.

"O trabalhador não participa das riquezas que ele produz. Para ele, com a introdução de novas tecnologias, sō muda a parte que ele opera; no mais, tudo continua o mesmo: o salário baixo, mās condições de trabalho etc." (4)

O avanço tecnolōgico nāo altera fundamentalmente o estado de pobreza, melhorando as condições de vida dos operários; ao contrário, provoca desemprego em massa, vivido pelos trabalhadores de todos os setores: primário, secundário e terciário, a partir do segundo quinquênio da década de 70 até a primeira metade da década de 80, por ocasião da introdução de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra e que provocaram a crise econômica no setor industrial, a partir de 77, em todo o País, com a queda do poder de consumo.

A partir dos anos 80 hā, em Campina Grande, a informatização dos bancos e setores financeiros, num processo constante de crescimento sem, no entanto, haver crescimento de emprego na mesma proporção:

"Eu entendo que no setor bancário sō nāo houve desemprego direto, porque esse foi o setor que mais cresceu neste país" (5)

Os processadores de dados formados pela Universidade Regional do Nordeste, por exemplo, estāo sendo substituídos por digitadores formados em cursos de curta duraçāo em agências comerciais. Agora, os terminais de computadores processam as informaçōes que eram o trabalho dos processadores de dados. A máquina incorpora, assim, o saber intelectual.

O alcance desta situaçāo ē bastante amplo no trabalho, pois a atividade se torna exclusivamente prātica e, por outro lado, exclusivamente mental. O trabalho assim quebrado, torna-se abstrato, uma espēcie de conjunto de métodos, técnicas, procedimentos e atitudes que podem ser apropriados e dirigidos no sentido que se queira dar, independentemente de quem o executa. Assim, tanto a dimensāo prātica quanto a mental, sāo abstraídas do homem, reduzindo-se às operaçōes racionalizáveis, podendo ser reagrupadas num conjunto neutro e destituído de qualquer vīnculo humano, a nāo ser aqueles que se dāo por meio das instituiçōes (a escola, a fābrica). A institucionalizaçāo dos métodos de trabalho re

presenta o fato concretamente historicizado, dos passos que foram dados na indústria e fora dela, nas universidades, que se desenvolveram plenamente, assumindo esta peculiaridade no sistema capitalista em geral, e em Campina Grande, especificamente entre os anos de 1967 a 1985.

Os passos para a apropriação das potencialidades criativas dão-se com a quebra da relação entre a consciência e a atividade produtiva. São assim elas podem ser devidamente isoladas e sufocadas, até que os meios de se externarem não existam de modo objetivo. Neste contexto, a atividade produtiva e a consciência movimentam-se em dimensões distintas, sem coincidirem para que os homens so brevivam até ao trabalho mais imbecilizante e estúpido (contar dinheiro o dia inteiro, digitar o dia inteiro etc.). A partir desta praxis, no homem as formas concretas de se expressar socialmente, apresentam-se sob a configuração de pensamento e ação, ambas sem relação imediata entre si.

CAPITULO VII

A CONSCIÊNCIA DA ALIENAÇÃO

## 7. A CONSCIÊNCIA DA ALIENAÇÃO

Dentro do contexto da apropriação das potencialidades humanas, o universo socialmente material compartimenta-se em tantas dimensões quantas forem as atividades: prática - trabalho, e teórica - consciência, elaborada a partir da praxis da dominação do homem pelo homem, do homem sobre si mesmo e do homem pelas mercadorias.

A manifestação concreta desta praxis é a conformação do comportamento e atitudes do operário às múltiplas esferas que lhe restam fora do trabalho: o lazer, por exemplo; as potencialidades humanas se expressam dentro dos limites das esferas prática e teórica, pois como o lazer se tornou também fonte de reprodução do capital; sendo oferecido em massa, tornou-se uma dimensão, onde a diversão e a distração se dirigem ao homem sem que ele tenha o poder de redefiní-las a partir dessas necessidades naturais. Por exemplo, no lazer de massa com o futebol, onde os torcedores estão sempre arriscados a se frustrarem caso o seu time perca.

O lazer e o trabalho, assim como a atividade teórica, a medida em que são distintas e separadas entre si e que se destinam ao homem de modo acabado, pronto, não permitindo espaços para a sua reelaboração a partir da crítica dos seus pressupostos objetivos em sua própria constituição, produzem no homem a identidade entre a atividade prática, imediata, e a subjetividade. Assim, a subjetividade se torna idêntica à prática, porque se conforma com seus pressupostos reais. Deste modo, <sup>promoveu</sup> confunde-se com sua atividade, é idêntico a ela; e quando se dedica ao lazer, ele é imediatamente resultado dos estímulos que lhe são produzidos independentemente de sua vontade, até sua rejeição a este tipo de relação com o mundo à sua volta, está posta por essa relação concreta e alie

nante, sua consciência é a consciência dos processos alienadores, constitui-se a partir de pressupostos materiais erigidos com base na Alienação, esteja ela rejeitando, negando ou confirmando o processo.

Tomando como referência um caso real, tivemos o caso da profissionalização dos trabalhadores. Se o profissional qualificado em cursos de formação gasta seu dia de trabalho, suas 8 horas numa atividade rotinizada (1) durante anos isto acontece porque sua forma de ser e de agir foi conformada, identificada com o trabalho, para que não haja conflitos entre seu ser e sua existência, de modo que ele suporte o trabalho como uma coisa normal, com a qual se deve conformar.

Mas ... e no caso de haver conflito? No caso de os homens e mulheres experimentarem um conflito entre a atividade prática e o seu ser? Para respondermos a essas questões, primeiro precisamos saber que tipo de conflito se apresenta neste caso e como se modificam as situações vividas pelos grupos aí inseridos.

Será que o conflito é uma atitude introspectiva de rejeição e abandono do trabalho por não ter atrativos para manter presos seus trabalhadores, o absentismo? É uma forma compacta e organizada de protesto, aliado à reivindicação, visando modificar a situação dada, na tentativa de torná-la transitória, histórica, passada, por ser no momento o presente? É a demolição (revolucionarização) de uma ordem insuportável para quem a destrói, a fim de reconstruir o presente à luz da negação do que assim se tornou passado? Ou é a unidade tudo disto, sendo que cada parte desta é apenas um momento em que se apresenta concretamente o conflito? Será que o conflito é a consciência humana que sobreviveu apesar do processo de eliminação por que passou e agora ganha a configuração de protesto?

O protesto sempre se volta contra a situação que o gerou; é a negação dessa situação, o seu ponto de estrangulamento. Podemos acompanhar os passos que foram dados, até que se caracterize como protesto a etapa historicamente mais avançada de desagregação do fenômeno da dominação social e a sua reorganização em níveis de complexidade e de concreção muitas vezes imperceptíveis de serem

alcançados pelo senso comum ou pela ciência positivista.

Comumente, identifica-se a existência da Consciência pelo protesto e se opõe à Alienação. Dizendo melhor, o que se chama de consciência para si é a oposição aos processos de dominação social que materializam a Alienação, através do processo de trabalho. As formas pelas quais a Alienação se materializa, perdem seu poder de dominação sobre as consciências humanas quando estas se descobrem como agentes da própria constituição desta forma de dominação. É exatamente aí que o ângulo de visão muda e a concepção de mundo se torna consciente de si.

A partir deste momento, toda atividade será essencialmente uma crítica negadora da situação real, vigente, isto na busca de destruir os pressupostos subjetivos - ideológicos, que ainda tornam concretos e aparentemente inalteráveis as relações sociais de trabalho que vivem entre a burguesia e o proletariado, mas que estão já reelaborados os pressupostos teóricos da sua destruição ainda que seja em termos subjetivos. O passo seguinte é a reivindicação para a reorganização do trabalho em bases totalmente distintas das que lhe deram origem.

A negação da legitimidade do processo de trabalho socialmente vigente, que se reconhece alienado de si - dos interesses da classe trabalhadora (que não são apenas interesses exclusivos de uma classe, mas envolvem todas as relações sendo, portanto, universais), representa a Consciência da Alienação, o reconhecimento da sua existência. A Consciência está neste caso posta para a Alienação assim como a Alienação está posta para apagar os vestígios da Consciência (crítica), são partes constituintes do processo de dominação social (2) e cada uma delas o nega ou o afirma (quando não se reconhece como parte perdedora do processo, como parte dominada), dependendo da posição que assume como parte integrante nesse processo.

Dizemos que a Consciência é consciência da Alienação, por ser esta a forma historicamente determinada, que a subjetividade humana assume, no processo de trabalho do sistema capitalista que, em nossa sociedade, aparece na forma de protesto. Concretamente, isto aparece nas posições políticas assumidas no campo do sindicalismo ou no campo partidário, como crítica destruidora, negadora,

dos fundamentos reais de dominação social da classe burguesa.

Vejamos como é que, de fato, os trabalhadores apresentam-se cōscios dos processos de Alienação a que são submetidos no ambiente de trabalho, por meio do trabalho. Neste sentido, foi muito importante o documento "Trabalhador, Ciência e Tecnologia" (3) porque foi a primeira vez que trabalhadores dos dois setores básicos urbanos, secundário e terciário de todos os Estados brasileiros, se reuniram para discutir o alcance que tem a tecnologia nos ambientes de trabalho e nas suas vidas (ocorrido no ano de 1985, em São Paulo).

Há um grande número de questões levantadas, que citamos ao longo desta monografia, mas sō algumas delas foram selecionadas por nōs, fazendo parte <sup>de</sup> ~~desta~~ <sup>esta</sup> ~~monografia~~ <sup>monografia</sup>, principalmente aqueles que clarificaram melhor as concepções dos trabalhadores sindicalizados (neste caso, temos um tipo de protesto, de conflito organizado via Sindicato) sobre a tecnologia, como sinônimo de poder e controle da burguesia no processo de trabalho sobre a classe operária brasileira.

É preciso, também, deixar claro que os trabalhadores escolhidos como delegados representantes nesse Congresso das várias categorias: professores, lixeiros, bancários, serviços, saúde, alimentação, tecelagem, gráficos, panificação, telecomunicação, metroviários, mecânicos, metalúrgicos, vidreiros, pedreiros, processadores de dados, petroquímicos, comerciaários, ibegeanos, artistas e estatísticos; são sindicalizados e se vēm como os representantes mais legítimos das categorias a que pertencem. Portanto, o tipo de protesto está limitado aos dos trabalhadores que se fizeram representar neste debate, que são, bem verdade, apenas uma parte da classe operária, que se considera portadora dos projetos transformadores (e o são à medida que se apresentam propostas alternativas à realidade em que vivem no seu dia-a-dia), mas isto não implica numa exclusão teórico-metodológica dos demais trabalhadores em pesquisas futuras de nossa parte

Os sindicalizados são parte, e não o todo, nem mesmo a maioria do operariado brasileiro, que nem sequer participa ativamente do Sindicato ou Associação profissional a que pertence. No entanto, como nos propomos a discutir um tipo de conflito (já bastante clássico na literatura historiográfica e sociológica

ca); o organizado, compacto, aberto, direto, limitamo-nos à apreensão factual deste, porém isto não implica em menosprezar (por formação teórica), outros tipos de conflito que não se expressam necessariamente por meios institucionais.

Para o operariado, tomar parte nas decisões significa ter voz ativa no processo de trabalho e não ser apenas meros repetidores de tarefas enfadonhas, Uma espécie de depositários de ordens. No Congresso, um operário sintetiza bem o grau de compreensão da realidade em que estão os trabalhadores inseridos no processo de trabalho onde são a parte subordinada.

"É importante ressaltar que entre as matérias-primas, a máquina, o homem e o capital, existe a organização do trabalho" (4).

Nesta passagem, pode-se perceber com clareza o quanto a organização do trabalho é importante como definidora das relações de trabalho na fábrica e é a partir dela que se chega à essência das diferenças sociais no ambiente de trabalho. A organização do trabalho é o plasma que envolve todas as partículas materiais que compõem a fábrica, mas até chegarmos a ela, um longo percurso foi feito; primeiro, o que tomamos como objeto, como referencial empírico, não passava da forma, da superfície, do fenômeno: a máquina, a especialização, a hierarquia das funções, a divisão da fabricação em setores de planejamento e execução, a escola profissionalizantes, a institucionalização do saber, das relações de trabalho; tudo isso não teria passado de mera descrição, se não houvesse um elemento subjetivo que lhe desse sentido e finalidade, que era a organização do trabalho, porque é a partir dela que esses outros elementos ganhavam concreticidade, materialidade que tomamos como as bases empíricas, históricas, do processo de trabalho e a relação deste com a consciência.

Partindo daí, concluímos que, dependendo de como se produz a satisfação das necessidades humanas e das relações que os homens contraem entre si e entre a natureza (tomada como objeto da satisfação), a atividade produtiva engendrará a dominação como a praxis definidora das relações entre esses mesmos homens e a natureza.

A satisfação das necessidades realizadas através da apropriação do objeto (5), produz o poder sobre o objeto, sobre como o objeto satisfará às necessi-

dades humanas, molda-o, manipula-o ao sabor de quem dele se apropriou. No entanto, a posse não se dá apenas no nível elementar das coisas; ela abarca inclusive as relações do homem consigo mesmo e com os outros homens (6).

Na mesma medida em que a satisfação se realiza com a apropriação do objeto tornado coisa, também a relação do homem consigo mesmo e com suas necessidades naturais, torna-se objeto da natureza coisificada que o satisfará. Assim, tanto o homem toma a natureza como objeto da satisfação das necessidades naturalmente naturais, quanto a natureza tem, no homem, um meio de suprir, na apropriação, as necessidades naturais. O homem se relaciona consigo quando se relaciona com suas necessidades satisfeitas ou por satisfazer, quando experimenta a satisfação ou a carência delas; e como só se satisfaz quando se apropria (sem a posse, a necessidade é carência por ser satisfeita), então é nas necessidades humanas que tem origem a historicização da posse, como direcionadora nas relações sociais, como fundamento subjetivo da praxis humana.

## CONCLUSÃO

A conclusão a que chegamos é a de que, para estabelecer qualquer relação entre fenômenos aparentemente objetivos - o processo de trabalho, e subjetivos - a consciência, só o faremos à medida que reconhecermos, na própria realidade, que tomamos, como objeto, onde é que ele se faz objetivo e onde se faz subjetivo. Na verdade, o fenômeno mesmo que apresentamos em sua peculiaridade concreta, é uma relação e não dois pares separados sob a forma de objetividade. Se em determinado nível da realidade (do todo concreto) tem a aparência objetiva, e em outro, subjetiva, é porque esta é a forma com que se revela imediatamente aos nossos olhos, e só pode ser devidamente captada se os liames de sua aparência dúbia for devidamente reestabelecida por meio da relação interna do próprio fenômeno, que ora o define objetivamente e ora subjetivamente.

NOTAS

## CAPITULO I - NOTAS

- (1) BRASIL, MCT. Trabalhador, Ciência e Tecnologia. Brasília, CNPq, 1986
- (2) ABTD. Manual de Treinamento e Desenvolvimento. São Paulo, Mac Graw-Hill do Brasil, 1980
- (3) BRASIL, MCT. Op. cit. p.29
- (4) MARGLIN, Stephen. Origem e Função do Parcelamento das Tarefas. In: Crítica da Divisão do Trabalho. Org. André Gorz. São Paulo, Martins Fontes, 1980
- (5) BRASIL, MCT. Op. cit. p.29
- (6) MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume I. São Paulo, Difel, 1980

## CAPITULO II - NOTAS

- (1) BRASIL, MCT. Trabalhador, Ciência e Tecnologia. Brasília, CNPq 1986
- (2) Op. cit. p.27
- (3) ANZANELLO, Edgar. Manual de Organização da Fabricação. Rio de Janeiro, CNI (s/d)
- (4) BRASIL, MCT. Op. cit. p.26
- (5) BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

### CAPITULO III - NOTAS

- (1) ABTD. Manual de Treinamento e Desenvolvimento. São Paulo, Mac Graw-Hill do Brasil, 1980
- (2) Op. cit. p.274
- (3) Op. cit. p.274
- (4) Op. cit. p.274
- (5) Op. cit. p.274
- (6) MARGLIN, Stephen. Origem e Função do Parcelamento das Tarefas. In: Crítica da Divisão do Trabalho. Org. André Gorz. São Paulo, Martins Fontes, 1980
- (7) BRASIL, MCT. Trabalhador, Ciência e Tecnologia. Brasília, CNPq 1986
- ANZANELLO, Edgar. Manual de Organização da Fabricação. Rio de Janeiro, CNI (s/d)
- (8) TAYLOR, Frederico W. Princípios de Administração Científica. São Paulo, Atlas, 1953
- (9) ABTD. Op. cit. p.361
- (10) BRASIL, MCT. Op. cit. p.51
- (11) ABTD. Op. cit. p.282
- (12) Op. cit. p. 282
- (13) Op. cit. p.362
- (14) BRASIL, MCT. Op. cit. p.23
- (15) Op. cit. p.29
- (16) LOPES, Stenio. Uma Saga da Criatividade Brasileira. Rio de Janeiro, SENAI, 1982
- (17) Op. cit. p.158

- (18) TAYLOR, Frederico W. Op. cit. p.18
- (19) LOPES, Stenio. Op. cit. p.159
- (20) ANZANELLO, Edgar. Op. cit. p.19
- (21) BRASIL, Op. cit. p.29
- (22) TAYLOR, Frederico W. Op. cit. p.56
- (23) BRASIL, Op. cit. p.27
- (24) Op. cit. p.26
- (25) MARCUSE; Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial Rio de Janeiro, Zahar, 1967
- (26) BRASIL, Op. cit. p.27
- (27) Op. cit. p.36

#### CAPITULO IV - NOTAS

- (1) BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- (2) ANZANELLO, Edgar. Manual de Organização da Fabricação. Rio de Janeiro, CNI (s/d)
- (3) DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA. Divisão de Estudos do Mercado de Trabalho. Paraíba, 1970
- (4) Obra citada
- (5) UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Pesquisa sobre a Mão-de-Obra Industrial na cidade de Campina Grande. Campina Grande, mimeog 1968
- (6) Obra citada
- (7) CONTRATO, pertencente à Associação Comercial de Campina Grande
- (8) COMISSÃO ESTADUAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DA PARAÍBA. Pesquisa de Mercado de Trabalho. João Pessoa, ITERPLAN, 1969

- (9) Obra citada
- (10) BRASIL. Op. cit. p.43
- (11) Apud, LOPES, Stenio. Uma Saga da Criatividade Brasileira. Rio de Janeiro, SENAI, 1982
- (12) Op. cit. p.156

## CAPITULO V - NOTAS

- (1) Apud, LOPES, Stenio. Uma Saga da Criatividade Brasileira. Rio de Janeiro, SENAI, 1982
- (2) ABTD. Manual de Treinamento e Desenvolvimento. São Paulo, Mac Graw-Hill do Brasil, 1980
- (3) Op. cit. p.2
- (4) Op. cit. p.361-2

## CAPITULO VI - NOTAS

- (1) DEPARTAMENTO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA. Divisão de Estudos do Mercado de Trabalho. Paraíba, 1970
- (2) MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro, Zahar, 1967
- (3) MARX, Karl. Propriedade Privada e Comunismo. In: K. Marx e F. Engels: História/Orga. e Trad.: Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1983
- (4) BRASIL, MCT. Trabalhador, Ciência e Tecnologia. Brasília, CNPq 1986
- (5) Op. cit. p.44

## CAPITULO VII - NOTAS

- (1) FLEURY, Afonso C.C. Organização do Trabalho na Indústria: Reolando a Questão nos anos 80. In: Processo e Relações do Trabalho no Brasil. Coordenação: Maria Teresa Leme Fleury, Rosa Maria Fischer. São Paulo, Atlas, 1985
- (2) MÉSZÁROS, István. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- (3) BRASIL, MCT. Trabalhador, Ciência e Tecnologia. Brasília, CNPq 1986
- (4) Op. cit. p.26
- (5) MARX, Karl. Trabalho Alienado. In: K. Marx e F. Engels. História/Org. e Trad. Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1983
- (6) MARCUS, Gyorgy. Teoria do Conhecimento no Jovem Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

## BIBLIOGRAFIA

### a) Fontes Primárias (1):

1. ABTD. Manual de Treinamento e Desenvolvimento. São Paulo, MacGraw-Hill do Brasil, 1980
2. ANZANELLO, Edgar. Manual de Organização da Fabricação.
3. BRASIL, MCT. Trabalhador, Ciência e Tecnologia. Brasília, CNPq, 1986
4. Carteira de Trabalho e Previdência Social
5. Contratos e Aditivos de Contratos, pertencentes à Associação Comercial de Campina Grande
6. Comissão Estadual de Formação Profissional da Paraíba. Pesquisa de Mercado de Trabalho. João Pessoa, ITERPLAN, 1969
7. Departamento Nacional de Mão-de-Obra. Divisão de Estudos do Mercado de Trabalho. Paraíba, 1970
8. LOPES, Stenio. Uma Saga da Criatividade Brasileira. Rio de Janeiro, SENAI 1982
9. Universidade Federal da Paraíba. Pesquisa sobre a Mão-de-Obra Industrial na cidade de Campina Grande. Campina Grande, mimeo. 1968

---

(1) Estas fontes, embora algumas delas sejam obras publicadas, representam uma descrição dos fatos brutos e, por isso, foram consideradas primárias, pela sua própria natureza. Estão localizadas em instituições, como: FIEP, SENAI, CNPq, Associação Comercial, Ministério do Trabalho e UFPb, Campus II.

b) Fontes Bibliográficas

1. BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
2. FLEURY, Maria T.L. & FISCHER, Rosa Maria. Processo e Relação de Trabalho no Brasil: movimento sindical: comissão de fábrica: gestão e participação o modelo japonês de organização da produção no Brasil (CCQ e KANBAN). São Paulo, Atlas, 1985
3. GORZ, André. Crítica da Divisão do Trabalho. São Paulo, Martins Fontes, 1980
4. GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro Editora Civilização Brasileira, 1984
5. ———. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1982
6. HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo, Paz e Terra, 1984
7. KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
8. MARCUS, Gyorgy. A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974
9. MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume I. São Paulo, Difel, 1984
10. ———. Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844. In: K. Marx & F. Engels. História/Org. e Trad.; Florestan Fernandes. São Paulo, Ática, 1983
11. MÉSZÁROS, István. Marx: A Teoria da Alienação. Rio de Janeiro, Zahar, 1981
12. TAYLOR, Frederico W. Princípios de Administração Científica. São Paulo, Atlas, 1963
13. VÁZQUES, Adolfo S. Filosofia da Praxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974